ATA DA XXXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU – CBHP

Aos onze dias do mês de março de 2016, às 09h30min, iniciou-se a XXXII Reunião Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu - CBHP, no Auditório da Câmara de Vereadores do município de Morro do Chapéu. O Secretário do CBHP, Sr. Marcos Antonio da Silva principiou a Reunião, informando que a Presidente do CBHP, Sra. Sandra Medeiros Santo, devido a problemas de saúde, pediu afastamento como membro e Presidente do comitê. Através do Ofício nº 234/2016, a UEFS indicou a Profa Nacelice Barbosa Freitas para substituir a Profa Sandra Medeiros Santo. Aproveitamos para desejar uma rápida recuperação plena da sua saúde e agradecer todo trabalho, executado de forma brilhante, na função de Presidente do CBHP. Informou ainda, que o Vice-Presidente do CBHP, Sr. Evilásio Fraga, não pôde comparecer à Reunião em virtude de problemas de saúde do seu filho, que se encontra internado em hospital na cidade de Salvador. Convidou para compor a mesa o Sr. Adriano Barbosa Gonçalves, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do município de Morro do Chapéu e o Sr. Bruno Jardim da Silva, Diretor de Águas do INEMA. O Sr. Adriano Gonçalves cumprimentou os mesários e o público presente, agradeceu ao CBHP pela realização da Reunião da cidade de Morro do Chapéu e desejou uma ótima reunião para todos. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Bruno Jardim que cumprimentou os mesários e o público presente. Disse que é sempre um grande prazer participar de reuniões do CBHP, do qual já foi membro e Presidente, além de rever os amigos. Dando sequência aos trabalhos, o Sr. Marcos Antonio agradeceu aos Srs. Adriano Gonçalves e Bruno Jardim, desfez a mesa e iniciou a pauta da Reunião. O ítem 2 da pauta é a "leitura das ATAs anteriores". Conforme decidido em reunião realizada em Santo Estevão, as ATAs não mais seriam lidas no plenário. As mesmas seriam enviadas para os membros para as devidas correções/inserções, corrigidas e aprovadas na reunião seguinte. Consultado, o Sr. Silvio Santos, do INEMA, ratificou que as ATAs não seriam lidas. As contribuições dadas pelos membros do CBHP foram acatadas e, assim, as ATAs foram aprovadas. As mesmas serão impressas para coleta das assinaturas dos presentes nas respectivas reuniões. Passando para o ítem 3 da pauta "Eleição da vacância da Diretoria do CBHP, para o período de 03/2016 a 07/2016". Devido ao afastamento por problema de saúde já relatado da Presidente Sra. Sandra Medeiros Santo, o Vice-Presidente Sr. Evilásio Fraga assume a Presidência do CBHP, conforme Regimento Interno do CBHP. No entanto, fica a vacância do Vice-Presidente. Os Srs. Valter Amorim Muniz, Teodomiro Paulo Queiroz, José Dumont e Vivaldo França defenderam que o Secretário do CBHP, Sr. Marcos Antonio da Silva assuma também a Vice-Presidência, até a eleição dos novos membros, prevista para 07/2016. Para os mesmos, não há razão em eleger um novo Vice-Presidente por um período muito curto e com um processo eleitoral em andamento. Colocada em votação, a proposta foi acatada por unanimidade. Passando-se para o ítem 4

"Apresentação da situação atual dos estudos para o Plano de Bacia do Paraguaçu", foi convidado o Diretor de Águas do INEMA, Sr. Bruno Jardim" para comentar a situação. O Sr. Bruno Jardim informou que o Plano de Bacia do Paraguaçu, ora em elaboração, teve seu contrato cancelado e não será mais concluído pela empresa contratada. As dificuldades foram muitas. Só se utilizou 20% dos valores dos contratos e os produtos apresentados sofreram muitas críticas. Informou que ficou difícil argumentar para se pactuar novo prazo e assegurar recursos financeiros diante da situação do contrato vigente e da situação econômica do Estado da Bahia. Assegurou que o INEMA tentará viabilizar novos recursos financeiros para lançamento de nova licitação para contratação de empresas para elaboração do Plano. Informou que o Estado tem interesse na elaboração dos Planos de Bacia do Rio Paraguaçu e do Recôncavo Norte, pois pretende implementar a cobrança dos recursos hídricos nestas bacias. A situação não é das melhores e a disputa por recursos no Estado é muito grande, mas o INEMA está buscando os recursos necessários para que os Comitês cumpram seu papel. Os novos Planos de Bacia que estão sendo lançados, Bacias do Paramirim/Santo Onofre, Rio Verde/Jacaré e Salitre, serão realizados com recursos financeiros oriundos de convênio com o Banco Mundial, Secretarias de Meio Ambiente/INEMA, de Saúde, de Educação e SIHS/CERB. Reafirmou a importância dos Planos de Bacias, mas disse que é necessário discutir o que fazer no Comitê, mesmo sem o Plano. Tem-se que estabelecer estratégias para resolver os problemas da bacia do Rio Paraguaçu, independente de se ter o Plano elaborado. O Sr. Marcos Silva agradeceu ao Sr. Bruno Jardim e franqueou a palavra para perguntas e esclarecimentos. O Sr. Teodomiro Paulo Queiroz disse que esta conversa sobre elaboração de Plano de Bacia já tem alguns anos e não sabe quantos Planos têm concluídos no Estado da Bahia. Pergunta o que fazer no caso do Plano de Bacia do Rio Paraguaçu? O que o Consórcio, em primeiro momento, e depois a empresa elaborou, será aproveitado? O Sr. Valter Amorim Muniz informou que parece que o aprendizado sobre o Plano será eterno e cansativo. Fez um relato desde a primeira ATA do Comitê, em 2006, onde se falava sobre a elaboração do Plano de Bacia. Disse que desde que o Consórcio ganhou a licitação para elaboração do Plano, houve muitos percalços. Perguntou sobre a cobrança de água, que existe uma Câmara Técnica de Cobrança de água, como tratar da cobrança da água se não existe o Plano? O Sr. Vivaldo França solicitou ao Sr. Antonio Queiroz Couto que fizesse um relato das discursões ocorridas na Câmara Técnica, que por ora encontra-se esvaziada. O Sr. Artur Francelino, Secretário de Meio Ambiente da cidade de Rui Barbosa, cumprimentou a todos, apresentou a Sra. Josete Sampaio, Agente de Desenvolvimento Territorial, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Território Piemonte do Paraguaçu, falou sobre a frustação por constatar que a maioria dos municípios não despertou para a questão ambiental, especialmente a questão dos recursos hídricos. Enfatizou a problemática no médio Paraguaçu. Lamentou a falta de compromisso de alguns gestores públicos e da sociedade para discutir e implementar ações para o bem da própria sociedade. Informou que em

conversa com o Sr. Secretário do Meio Ambiente, Sr. Eugênio Splengler, o mesmo disse que não acredita existir boas perspectivas na área ambiental para o ano de 2016. Sugeriu que se fizessem parcerias no próprio município, porque não há recursos do Governo para este ano. A situação é preocupante, porque não se vê avanços concretos, efetivos, na área ambiental. O município de Rui Barbosa tem um convênio publicado e assinado desde julho de 2014 e estes recursos nunca foram liberados. Além da crise político-econômica, esse ano ocorrerão as eleições municipais, que certamente esvaziará mais ainda esse tipo de debate. Em seguida, o Sr. Gabriel Moraes, técnico do INEMA, comentou sobre os esforços por parte do INEMA para que a elaboração do Plano de Bacia fosse concluído; que no último ano a empresa tentou acelerar o desenvolvimento dos estudos, mas não foi possível, pelos motivos já expostos, concluir os trabalhos. Agora, é concentrar esforços para a realização de uma nova licitação para contratação de empresas para a elaboração do Plano. Respondendo ao Sr. Teodomiro Paulo Queiroz, informou que os produtos apresentados não foram aprovados e não foram pagós pelo INEMA. Portanto, os produtos pertencem à empresa e não ao Governo do Estado. Acredita que não haverá problemas na contratação de novas empresas, pois devido à crise econômica atual, certamente aumentará o interesse das empresas nacionais e internacionais, para a elaboração dos Planos, pois a nova licitação será nos moldes do Banco Mundial. Respondendo ao Sr. Valter Amorim Muniz, informou que o Plano de Bacia não tem a receita de bolo para a questão da cobrança; que o Comitê terá um papel fundamental na definição dos critérios da cobrança pelo uso da água. A discussão será no âmbito da plenária do Comitê, que após aprovação o texto será submetido ao CONERH para aprovação e publicação. O Sr. Teodomiro Paulo Queiroz perguntou se o Termo de Referencia será o existente ou haverá um novo? O Sr. Bruno Jardim informou que haverá um novo Termo de Referencia, adaptado à nova realidade, em consequência das novas discursões e demandas. Fez um relato das discursões anteriores sobre o Plano de Bacia, dos grupos que compuseram o Comitê, mudanças na Diretoria do CBHP, e reforçou o quanto vem lutando para que o Plano seja elaborado. Para ele, o processo não é tão simples. Disse que vem atuando nesta área desde 1991, quando foi Coordenador de Recursos Hídricos do Governo do Estado da Bahia. Tem muito tempo de luta e até hoje não conseguiu – embora reconheça que houve avanços. Disse que o fato do CBHP não possuir o Plano, não o impossibilita de atuar e discutir as prioridades da bacia. O que não falta na bacia é problema. Propôs que o CBHP continue mobilizado, que continue discutindo as questões do Rio Utinga, Alto Paraguaçu, Jacuípe, Barragem de Pedra do Cavalo, etc. Que se criem estratégias para resolução desses problemas, trazer para o Comitê os conflitos, as divergências, os pontos de vistas diferenciados. Estabelecer critérios para a cobrança da água, prioridades para ações na bacia com os recursos arrecadados pela cobrança. Selecionar os problemas mais importantes e tentar solucioná-los. O Sr. José Dumont reafirmou o que disse em outras reuniões, para que a Direção do INEMA convocasse os Prefeitos e Secretários de Meio

Ambiente; que os motivasse para participarem das reuniões do Comitê; que o INEMA colocasse essa sugestão como prioridade; que se aproveite o momento de renovação dos membros do CBHP. Falou da preocupação em discutir a questão da cobrança pelo uso da água, antes da elaboração do Plano. Disse que será uma honra ser voto vencido, mas que é contra a cobrança pelo uso da água. O Sr. Gabriel Moraes falou das dificuldades de motivação dos Prefeitos para participar das reuniões do Comitê, especialmente em anos eleitorais. Além do INEMA, o Comitê tem papel importante nessa mobilização. Disse que talvez a instituição da cobrança pelo uso da água seja um motivador natural da participação dos Prefeitos e de outros segmentos. Na sequência, passou-se a discutir o ítem 5 da pauta "Apresentação do andamento para a eleição dos membros do CBHP, para o período 08/2016 a 07/2020". Foi convidado o Sr. Antônio de Queiroz Couto, do INEMA, Presidente da Comissão Eleitoral do CBHP, para a apresentação da situação atual das eleições. O Sr. Antonio Queiroz informou que ocorreu uma Oficina em Salvador para discussão sobre a renovação dos membros dos Comitês de bacia. A Comissão é composta por três membros e tem como mobilizador o Sr. Marcos Antonio Sitael, responsável pela divulgação, mobilização e apresentação de todo o processo eleitoral nas bacias hidrográficas. Haverá uma reunião dia 15/03/16, em Feira de Santana, para avaliar as próximas etapas. O Edital para renovação dos membros do CBHP já está pronto e será disponibilizado no grupo do Comitê. Uma das preocupações é com a questão da tramitação documental, visando assegurar a maior participação de entidades e da sociedade civil. As plenárias já estão marcadas. A plenária para a bacia do Rio Paraguaçu está marcada para o dia 06/04/2016. O Sr. Valter Amorim Muniz solicitou que se constasse nesta Ata a ausência regular de participação dos Prefeitos Municipais, membros do CBHP; que se façam alterações nesse novo Edital para que o Prefeito possa indicar o Vice-Prefeito, o Secretário de Meio Ambiente ou outro Secretário para representá-lo. O Sr. Vivaldo França chamou a atenção para o "termo" cobrar água, que já assusta a população. Apoiou a sugestão do Sr. Valter Amorim. O Sr. Antônio Couto achou pertinente a sugestão do Sr. Valter Amorim e disse que a Comissão Eleitoral iria analisar, mas que deveria ser cumprido o que estabelecem as resoluções do CONERH. O Sr. Marcos Antonio registrou a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Morro do Chapéu, Sr. João Humberto Batista, que pediu a palavra para se apresentar e fazer perguntas sobre o processo eleitoral. O Sr. João Humberto Batista cumprimentou a todos da mesa e o público presente, pediu desculpas pelo atraso e agradeceu pelo fato da realização da reunião do Comitê na cidade de Morro do Chapéu. Falou da importância do Rio Jacuípe e da cidade de Morro do Chapéu na bacia do Rio Paraguaçu. Chamou a atenção para o potencial eólico do município de Morro do Chapéu, que é maior que 4 (quatro) estados do Nordeste do Brasil juntos. Que trará o desenvolvimento, mas também os impactos ambientais negativos. Disse que apesar de estar a pouco tempo nessa reunião, percebeu o lado "negro" do Comitê, que é muito fechado; que tem pouca participação. Que o Comitê tem que ser mais aberto.

Pediu para que o Edital seja mudado para que os Prefeitos indiquem seu representante no Comitê e que possa ser mudado o regimento com o número de presentes e não 2/3 dos membros como é atualmente. Disse que os Prefeitos não têm tempo para participar das reuniões. Colocou-se à disposição para ajudar na mobilização dos prefeitos para participação nas próximas reuniões e que o município de Morro do Chapéu tem interesse em ser membro do CBHP. O Sr. Antônio Couto informou que tem que ser obedecida a Resolução do CONERH. As modificações têm que ser aprovadas pelo CONERH. O Sr. Teodomiro Paulo Queiroz disse que o CBHP é aberto, que o mesmo entra nos municípios pela porta da frente; que se a participação é pequena, cabe aos membros dos municípios fazerem a mobilização. Disse que é apaixonado pelas discussões que ocorrem no Comitê; que o Comitê tem tentado resolver conflitos na bacia; que o Comitê sempre esteve presente nas questões da bacia. Sobre o regimento interno, sugere que seja feita uma reunião específica em Feira de Santana, para fazer a mudança do regimento. Aproveitou a oportunidade para informar que a grande inundação causada no riacho Boqueirão, na localidade de Chapada/Riachão do Jacuípe, fato noticiado nacionalmente, foi devido à obstrução (diminuição) de passagem de água na rodovia, de 1000 mm para 300 mm, realizada por um posto de combustível e autorizada pelo DNIT. Este fato reforça a ideia de que as ações dos territórios não contemplam a questão das águas. A questão água só é debatida quando se tem escassez ou excesso (inundações). Sugeriu que para a próxima reunião os membros dos territórios da bacia do Rio Paraguaçu sejam convidados para discutir a questão/gestão das águas. O Comitê tem avançado nas discussões. Citou o exemplo do conflito pelo uso da água no Alto Paraguaçu, na área do Agropolo. O Sr. José Dumont disse que está na Chapada há 21 anos e nunca soube da necessidade de buscar ajuda de outros órgãos para resolver os problemas dos usuários da região; que eles sempre foram capazes de resolver seus conflitos, através do diálogo. O Sr. Alexandre Emanuel do GAL reforçou que o CBHP não é fechado. A sociedade civil, o poder público e os usuários de recursos hídricos têm participação garantida e qualquer interessado pode participar das reuniões; que é importante a participação de representantes do município de Morro do Chapéu para o novo mandato do CBHP; chamou a atenção do Presidente da Câmara de Vereadores de Morro do Chapéu, quando este disse que o CBHP era fechado e isso representava o lado "negro" do Comitê. O Sr. Alexandre Emanuel disse o que o Sr. João Humberto foi infeliz na colocação, quando associou o negro a coisa ineficiente; negro é raça e preto é cor. Não se pode associar coisas negativas a cor, a raça negra. Disse que tem certeza que a colocação não foi por mal e sim um deslize de linguagem; que sempre é de bom alvitre utilizar o termo correto. Disse, também, que concorda que as coisas estão avançando no CBHP, mas muito lentamente. Reafirmou a necessidade de aprimoramento os meios de comunicação do Comitê. Em seguida, o Sr. Juvenal Payayá, teceu comentários com relação ao conflito de Utinga. Disse que faltou um pouco de habilidade por parte dos técnicos do INEMA que atuaram no caso. Mas

reconhece que o INEMA está fazendo um trabalho excelente. Disse que recebeu na sua aldeia, um grupo de técnicos do INEMA e da SEMA, da área de Educação Ambiental, onde foi mostrada a realidade da comunidade. Acredita ser possível revitalizar riachos, nascentes e lagoas. Que esta discussão seja realizada no Comitê. Cabe aos representantes das Comunidades Tradicionais (Índios, Quilombolas e demais segmentos) trazerem os problemas para discussão no Comitê. Temos que salvar os rios, através de medidas relativamente econômicas, mas também é preciso recuperar os minadores; é necessário usar água de forma racional; fazer arborização. Foram plantadas cerca de 10.000 (dez mil) mudas na região de Utinga, oriundas do viveiro de mudas dos Payayá. O Sr. Artur Francelino disse que sentiu a falta do representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Morro do Chapéu. Chamou atenção para a exigência de procuração, da diminuição da burocracia. Enfatizou a importância da revegetação para as subbacias. Enalteceu o trabalho desenvolvido pelos Payayás. Disse que dos 16 representantes dos municípios (8 titulares e 8 suplentes), apenas 2 estão presentes. Questionou ao Sr. Bruno Jardim, se existe cobrança de água na bacia do Rio São Francisco e se os recursos financeiros obtidos estão sendo aplicados na gestão dos recursos hídricos ou em compensações ambientais na bacia. Disse que o Comitê precisa instituir a cobrança pelo uso da água na bacia. Em seguida, o Sr. João Humberto disse que quando usou a palavra "negro", foi uma força de expressão; que jamais teve a intenção de atingir a raça negra. Agradeceu ao Sr. Alexandre Emanuel por ter chamado a sua atenção. Disse que iria perguntar ao Secretário de Meio Ambiente do município, porque o mesmo não pôde participar da reunião para apresentar os problemas ambientais do município de Morro do Chapéu. Informou que o Governo do Estado da Bahia criou o Parque das Onças e não indenizou os proprietários das áreas. Informou ainda que o Parque inviabiliza a instalação de projetos eólicos, gerando um conflito de interesses. Devido à instalação dos Parques Eólicos, o Governo do Estado recebeu cerca de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), como compensação, e estaria utilizando esses recursos para recuperação/revitalização do Rio Paraguaçu. Disse ser importante a revitalização do Rio Paraguaçu, mas acha que os recursos deveriam ser aplicados na bacia do Rio Jacuípe. Perguntou se essa questão teria sido discutida no Comitê. O Sr. Bruno Jardim perguntou sobre a questão de renovação dos membros dos Comitês por mais de 2 mandatos, se é válido somente para os Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários, ou se é válido para todos os membros. Sr. Valter Amorim Muniz reforçou a necessidade de se cumprir a lei e resoluções sobre o processo eleitoral dos Comitês, sob pena de o processo eleitoral vir a ser invalidado. Disse que quando se definiu por indicação de Prefeitos, foi entendendo que o principal gestor do município seria a pessoa mais indicada para cumprir o que foi pactuado pelo Comitê. Disse que caso o Prefeito possa indicar seu representante, este tem que assumir compromissos e não somente para assinar a lista de presença. Reforçou a ideia de que o CBHP não é fechado. Nunca exigiu carteira de identidade de

nenhum presente e nunca cerceou a palavra de ninguém. O CBHP certamente tem seus defeitos, mas não pode ser caracterizado como uma instituição fechada. Existem pessoas que frequentam regularmente às reuniões; que são tratadas como membro, sem, no entanto, não sê-los. A questão da cobrança tem que ser discutida de forma consciente; implantada progressivamente, para que não se estrague esse instrumento de gestão. A ideia é maximizar a função social e função econômica da água. O Sr. Bruno Jardim falou do interesse de resolver os problemas do Rio Utinga, com a participação do CBHP. Enfatizou que nunca haverá uma boa gestão dos recursos hídricos sem a participação dos municípios e que o sistema precisa analisar formas de melhor agregar o poder municipal. Disse que já propôs em nível nacional que a mudança dos membros dos Comitês seja gradual, o Comitê não mudaria todos seus membros para que a experiência vivida no Comitê seja repassada para os novos membros e assim não se perca a memória do Comitê. A Sra. Iara Morena esclareceu que o "Projeto Semeando Água no Paraguaçu" não está sendo executado com recursos da compensação ambiental, e sim com recursos do Fundo Petrobrás Ambiental. O Sr. Marcos Antonio encerrou as atividades pela manhã e convidou a todos para reiniciar a reunião às 14h 15min. As 14h30min foi reiniciada a reunião. Para discussão do ítem 6 da pauta "Apresentação pelo INEMA, das solicitações de informações e encaminhamentos de ações deliberadas pela plenária do CHBP", foi convidado o Sr. Bruno Jardim para fazer a apresentação. O Sr. Bruno Jardim informou que após a discussão sofre o conflito da água na Barragem do Apertado, choveu em todo o estado. A chuva amenizou a situação. A pergunta é o que podemos fazer para evitar que a situação atual se repita. O pior ano foi o de 2012, porque choveu pouco e a demanda instalada era maior. Nos anos seguintes continuou chovendo pouco, mas as áreas plantadas eram menores. A gestão da água é o espírito da pactuação e não de polícia. Tem-se que resolver o problema com o conhecimento acadêmico e o conhecimento local do problema. É desejável legalizar todo usuário. O que é legalizar é dar outorga para todo mundo? E se não tiver água para todo mundo? Dentro do Plano de Bacia, um dos serviços é a elaboração de cadastro, que a empresa não fez. O INEMA se compromete a fazer uma programação para realização do cadastro. O cadastro precisa dialogar com o setor de outorga. Não devemos esperar chegar a estiagem para tentar resolver o problema, temos que começar imediatamente. O Sr. Bruno Jardim propõe uma nova reunião com os usuários da Barragem do Apertado para discussão do que fazer; definição do cadastro; ordenar tudo para se antecipar aos problemas. Disse que é preciso evitar o achismo e buscar a certeza. O mesmo procedimento deverá ser realizado na região de Utinga. É necessário se fazer um planejamento estratégico para essas duas áreas, com o envolvimento do INEMA, CBHP e usuários. O Estado não pode ter um fiscal para cada usuário. É necessária a conscientização do cidadão. A gestão de água é uma gestão de diálogo e não de policiamento. Todavia, o Estado tem que fazer cumprir a Lei para aqueles que não a respeitam. O INEMA já fez inspeção de fiscalização na área. Deverá ser

cumprido o que as normas legais estabelecem. O Sr. Juvenal Payayá chamou a atenção para a preservação das lagoas, cacimbas e tanques; que se tivesse "um outro olhar" para este tipo de água. O Sr. Bruno Jardim disse que é muito importante ter esse olhar. É importante conhecer a experiência local, as técnicas de manejo de água e solo. Não existe regra que sirva para tudo. O Sr. Hercílio, do Agropolo, informou que não houve reunião do Agropolo após a reunião do CBHP para discutir o assunto. Disse que por causa da estiagem todos diminuíram suas áreas irrigadas, afetando diretamente a produção agrícola e o número de empregos da região. Houve um acordo anterior, onde cada usuário usaria 30% do volume outorgado. No entanto, o "sabido" vendo que a maioria diminuiu seu uso, aproveita para aumentar seu volume captado. Reforçou a necessidade de preservação dos recursos naturais da bacia do Rio Paraguaçu. Disse que está na Chapada há 21 anos e cada ano que passa vê a mata das margens do Rio Paraguaçu sendo retirada. O Sr. José Dumont disse que não houve conflito entre usuários da barragem do Apertado e que alguns usuários descobriram o que foi pactuado. Enalteceu o trabalho de replantio de árvores realizados por entidades da bacia, a exemplo do GAL, dos Payayá, mas disse que é insignificante diante da vegetação que é retirada das margens dos rios que compõem a bacia do Rio Paraguaçu. Disse que o pequeno pode tudo, mas dezenas de pequenos equivalem a grandes áreas. Que o Estado precisa fazer a parte que lhe cabe. O Sr. Artur Francelino disse que concorda em parte com o Sr. José Dumont, disse que o CDA/SEAGRI, órgão que regulariza as posses de terras, emitiu título de terra de áreas localizadas dentro da poligonal de uma área protegida (Unidade de Conservação), que dá direito de uso por parte do proprietário. Existe um conflito entre INEMA e CDA. As políticas públicas de Estado não se concretizam. O CEFIR está para vencer em maio e mais de 70% dos municípios não o realizaram. Deverá ser prorrogado o prazo mais uma vez. As unidades de conservação estão com gestão fragilizada, mas, os municípios não cumprem o seu papel. Omitem-se de suas responsabilidades. Sugeriu a criação do grupo CBHP no *whatsapp*, para melhorar a comunicação. Ressaltou a importância do CEFIR na gestão hídrica; informou que o município de Rui Barbosa, por iniciativa do próprio município, deve ter de 45 a 50% pronto. Os municípios têm que qualificar melhor os técnicos através da Bahiater, SDA, SEMA, etc. Disse que a sociedade civil cobra muito, mas participa pouco. Que além dos municípios, é importante a participação do poder legislativo através da Câmara de Vereadores. O Sr. Valter Amorim Muniz sugeriu que o CBHP elabore e envie documento ao CONERH solicitando mudanças quanto à representação dos Prefeitos nos Comitês. O Sr. Bruno Jardim disse que o Estado precisa ter mais efetividade nas suas ações, identificar os problemas com clareza e reunir esforços para solucioná-los. O próximo ponto de pauta, ítem 7, "Apresentação do Projeto de Gestão Integrada de resíduos sólidos para a Chapada Diamantina". Foi convidado o Sr. Alexandre Emanuel para fazer a apresentação. O Sr. Alexandre Emanuel iniciou sua palestra com a apresentação de um vídeo mostrando as diversas etapas dos trabalhos de material reciclável, realizado

pelo Grupo Ambientalista de Lençóis - GAL. O GAL iniciou as suas atividades em 2003. Esta atividade, além de contribuir para um ambiente mais saudável, resgata pessoas que estão excluídas da sociedade. O trabalho desenvolvido foca na educação ambiental, nas seguintes linhas de ações: projetos de recomposição de áreas florestais, gestão sustentável de resíduos sólidos, políticas públicas, consumo consciente, programa Recicla Lençóis, Bioconstrução e Gestão Sustentável de Recursos Hídricos. Utiliza a realização de oficinas com crianças para desenvolvimento do artesanato e o projeto cultura de jardins com adolescentes. Todos com a intenção de valorizar os indivíduos, de torná-los cidadãos conscientes. O projeto mantém um viveiro de mudas comunitário. O desafio é mudar a realidade dos "lixões" nas cidades da Chapada Diamantina. Disse que não tem apoio dos municípios, mas o projeto tem recebido apoio de empresários e vem aperfeiçoando o trabalho de conscientização. A ideia é transformar resíduos em sustentabilidade, gerando renda para a comunidade. Disse que resíduos misturados é lixo, mas separados é oportunidade e tem valor para muita gente. Citou alguns exemplos de aproveitamento de papelão, metais e plásticos, como a produção de vassouras, instrumentos musicais, brinquedos, telhas a partir de caixas "tetra pak" (longa vida), sacos grandes para coleta de materiais, etc. O projeto possui um triciclo motorizado para transporte de material. O objetivo é agregar valor, produzir produtos finais. Os jovens estão aprendendo a utilizar resíduos pelo método bioconstrutivo na construção de habitações de baixo custo. O Objetivo da proposta é o envolvimento dos municípios da Chapada Diamantina – em princípio, 12 municípios, para soluções integradas e gestão regional sustentável dos resíduos sólidos. Não somente a instalação de aterros sanitários. Apenas de 8 a 12% dos resíduos são apropriados para o aterro sanitário; cerca de 50% são resíduos orgânicos que podem ser aproveitados e 23 a 25% de resíduos recicláveis. Cada município envolvido teria uma central de compostagem, um centro de reciclagem e uma central de beneficiamento. Para a articulação, mobilização das organizações da sociedade, foi criada uma rede de municípios da Chapada. Fez um convite para que cada um dos presentes faça parte desta rede e promova ações para que a proposta apresentada torne-se realidade. O Sr. Alexandre Emanuel disse que estava à disposição para esclarecimentos. O Sr. Marcos Antonio agradeceu ao Sr. Alexandre Emanuel pela apresentação e devido o horário, propôs que dúvidas, sugestões e esclarecimentos fossem feitas no site do GAL. O Sr. Alexandre Emanuel concordou e propôs que o CBHP elaborasse uma moção de apoio para que o Governo do Estado dê mais atenção a sustentabilidade para a gestão dos resíduos sólidos na Chapada Diamantina. Que seja dada mais atenção à proposta apresentada, pois a falta de tratamento dos resíduos têm impactado as águas do Rio Paraguaçu e seus afluentes. O Sr. Marcos Antonio sugeriu que o Sr. Alexandre Emanuel fizesse uma minuta da moção e apresentasse aos membros CBHP para contribuições e encaminhamentos aos órgãos competentes do Estado. O Sr. Bruno Jardim deu os parabéns ao grupo GAL pelo trabalho. Informou que esse tema é mais ligado ao saneamento, às

Prefeituras. Chamou a atenção para os consórcios municipais que teriam mais condições de adotar a proposta. Essa proposta deve ser apresentada como contribuição para a Política Pública de Saneamento. A Sra. Iara Morena disse que acha importante a discussão da proposta dentro dos territórios, com as Prefeituras, EMBASA e que a mesma deverá ser apresentada a SEDUR/CONDER. O Sr. Alexandre Emanuel informou que essa proposta já foi apresentada à CONDER, mas infelizmente não teve retorno. O ítem 8 "Apresentação dos trabalhos realizados pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, e pelo GT de poços, barragens e qualidade de água" será discutida em outra reunião. É necessário que os órgãos indiquem especialista nas matérias como seus representantes na Câmara Técnica e Grupo. O Sr. Marcos Antonio propôs a discussão do ítem 10 "Encaminhamentos" antes e depois o ítem 9 "o que ocorrer". O Sr. Valter Amorim Muniz fez uma sugestão de encaminhamento ao INEMA e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH solicitando as modificações/adequações no Edital para eleição dos membros do Comitê. Isto é urgente porque o processo eleitoral está em andamento. Outro encaminhamento solicitado pelo Sr. Valter Amorim Muniz é uma consulta ao CONERH com relação ao quórum mínimo para mudança do regimento interno do CBHP. O Sr. Valter Amorim Muniz disse que em reunião do CBHP, ocorrida em Utinga, em 2013, foi aprovada em plenária uma "Moção de boa conduta ambiental" para o Prefeito de Cachoeira, Sr. Carlos Magalhães Pereira, por ter retirado cerca de 370 caçambas de lixo do leito do Rio Paraguaçu, na cidade de Cachoeira. Solicitou também a criação de um Certificado para o gestor municipal, como faz o Comitê da Caatinga, para os gestores que fazem trabalhos relevantes na bacia. Já existe o modelo. O Comitê deverá encaminhar ao Prefeito de Cachoeira o referido Certificado. O Sr. Juvenal Payayá sugeriu que fosse incluído nas políticas públicas de água, elaboradas pelos órgãos competentes, SEMA, por exemplo, sistemas naturais de captação de água da chuva, barreiros, lapões, cacimbas, lagoas, tanques e enxurradas. O Sr. José Dumont sugeriu que fosse incluído nas políticas públicas de água a construção de novos barramentos. Esta proposta já foi apresentada na reunião do CBHP, ocorrida em Mucugê. Foi elaborado um documento e encaminhado ao INEMA, solicitando empenho no sentido de liberar a construção dos barramentos que estão embargados. O Sr. Artur Francelino sugeriu que fosse convidado um representante da ASSEMAN, de consórcios municipais implantados, SEPLAN ou SEDUR, para numa reunião do CBHP, apresentar suas experiências com a questão dos "lixões"; instalação de aterros sanitários para atender vários municípios, questões jurídicas, etc. O Sr. Alexandre Emanuel concordou com a proposta e sugeriu também que fosse convidado, para a mesma reunião, um representante do consórcio Chapada Forte. Segundo ele, o Consórcio Chapada Forte foca apenas na questão dos aterros sanitários, que é importante, mas é necessário pensar na gestão sustentável, para agregar valor ao lixo coletado e reciclado. A Sra. Sheila Cristina, disse que o município de Morro do Chapéu pertence a consórcios diferentes; a formação dos consórcios não obedeceu à formação dos territórios.

dificultando o diálogo e participação. Com relação ao tratamento de resíduos sólidos, ela acredita que se deve cobrar mais efetivamente dos gestores, leis mais severas, que obrigue e não que faculte, senão corre-se o risco de daqui a 10 anos, está se discutindo os mesmos problemas atuais. Sugeriu ao Comitê que fizesse um mapeamento dos municípios para saber a quais os territórios/consórcios pertencem. A Sra. Josete Sampaio informou que a previsão era criar consórcios dentro dos recortes territoriais; existem atualmente 7 grupos de territórios no Estado da Bahia. Foram criados 27 consórcios públicos de identidade. Existe uma visão mais recente de se criar consórcio dentro do território. O Sr. Bruno Jardim sugeriu trazer as Prefeituras para discussão da gestão urbana (saneamento básico, uso do solo, etc) com a gestão dos recursos hídricos. Sugeriu que o tema fosse discutido na primeira reunião após a eleição dos novos membros do CBHP. O ítem 9, "o que ocorrer" não teve nenhum comentário a ser registrado. Nada mais havendo a tratar, o Secretário do CBHP, Sr. Marcos Antonio da Silva agradeceu a todos pela presença, aos vereadores presentes, e em especial à Câmara Municipal de Vereadores de Morro do Chapéu pelo apoio e espaço cedido para a reunião, e lavrou a presente ATA que, após lida será submetida à Plenária da próxima Reunião para aprovação e assinatura de quem se interessar. Morro do Chapéu - BA, em 11 de março de 2016.///